|  |  |
| --- | --- |
| 16CBAS-IconeApp  2 | **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais** **Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”**  **Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019** |

**Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.**

**Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.**

**A EXPANSÃO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIA À PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO**

**Doniêgo Ferreira de Lima [[1]](#footnote-1)**

**Resumo:** O presente artigo se constitui em um levantamento bibliográfico realizado para fundamentar uma pesquisa que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Estadual da Paraíba, sobre a expansão do ensino superior no país. A priori, faremos uma análise acerca do processo de contrarreforma do Estado brasileiro, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento do ideário neoliberal e seus rebatimentos no âmbito das políticas educacionais. Em seguida, buscaremos compreender e explicitar as particularidades desse processo na formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Contrarreforma do Estado. Política educacional. Serviço Social.

**Abstract**: This article is a bibliographical survey carried out to support a research that is being developed with the Post-Graduate Program in Social Work, of the State University of Paraíba, on the expansion of higher education in the country. A priori, we will make an analysis about the counterreform process of the Brazilian State, especially regarding the development of the neoliberal ideology and its refutations in the scope of educational policies. Next, we will try to understand and explain the particularities of this process in the professional formation in Social Work in the contemporaneity.

**Keywords:** State Counter-Reformation. Educational politics. Social service.

**1 INTRODUÇÃO**

Analisar o processo de expansão do ensino superior no Brasil deve ser realizado com vistas a apreensão da histórica relação de dependência do Estado nacional à economia mundial, que infere diretamente nos rumos das políticas sociais e em especial na política de educação. A subordinação da produção de conhecimento à lógica do mercado caracteriza uma das dimensões centrais da contrarreforma do Estado brasileiro e redefine significativamente o espaço universitário.

Durante a conjuntura histórica de ascensão neoliberal, foram registradas significativas recessões nas políticas sociais, prejudicando os setores populares e atribuindo ao Estado a culpabilidade pelo declínio das políticas públicas, mascarando a real face do ocasionador da barbárie, o modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, o Estado passa a desenvolver um modelo de gestão “mini max”, ou seja, mínimo para o social e máximo para o capital, configurando-se como o celeiro para o desenvolvimento de todas as estratégias do ideário capitalista.

No contexto de execução da cartilha neoliberal em solo nacional, marcado pelas sucessivas tentativas de adequação do Estado às exigências dos organismos multilaterais, o ensino superior torna-se um ramo potencialmente lucrativo para o grande capital. Os mecanismos de expansão do ensino superior encontram suporte jurídico-normativo no aparelho Estado, a partir dos quais se criam as condições para o reforço à mercantilização da pesquisa por meio do produtivismo acadêmico, a ampliação das instituições de ensino privada, da modalidade de ensino à distância (EaD) e a privatização interna das instituições de ensino superior públicas.

Dentro dessa perspectiva, é fundamental analisarmos as inflexões desse processo na formação profissional em Serviço Social, tentando apreender o conjunto de desafios e contradições postos ao fortalecimento de um processo formativo verdadeiramente crítico e de qualidade para intervir nas expressões da “questão social”, bem como as estratégias de enfrentamento da categoria às imposições em curso.

**2 O DESENVOLVIMENTO DO IDEÁRIO NEOLIBERAL NO BRASIL E OS IMPACTOS NA POLÍTICA EDUCACIONAL**

O determinante histórico das transformações políticas, econômicas e sociais em curso na sociedade brasileira é a consolidação da crise estrutural do capital, também conhecida como a “onda longa recessiva”. A derrocada do padrão de acumulação fordista-keynesiano, nos anos 1970, foi responsável por ceder espaço ao toyotismo, um modelo de acumulação flexível, cuja produção ocorre de forma variada e em conformidade com as demandas.

No contexto hodierno, o padrão de desenvolvimento das relações sociais sob a ótica do modo de produção capitalista, sobretudo, em sua fase monopolista, ocorre a partir da mercantilização de todos os espaços da vida em sociedade. A lógica do processo de produção e reprodução do capital assume um caráter expansionista (Mészáros, 2002), voltado à inovação dos produtos e serviços enquanto medida de perpetuação do ciclo de reprodução ampliada.

O processo de reprodução ampliada do capital requer a participação de organismos e estruturas político-representativas que oportunizem sua realização, como por exemplo o Estado. O que se pretende apontar é que a complexa ampliação do capital depende inclusive da própria expansão da capacidade intervencionista do Estado no âmbito da regulação social, ou seja, “O amadurecimento das várias tendências do capitalismo monopolista exige a expansão da intervenção das atividades do Estado na economia e na regulação da vida social” (Braverman, 1987, p. 242-244).

A nova face da esfera produtiva representa o desdobramento do conjunto de estratégias empreendidas pela burguesia do primeiro mundo em parceria com as burguesias dos países periféricos, visando à recuperação das elevadas taxas de lucro do capital. Superar o contexto de crise do capital requeria dos estados nacionais a redefinição de suas ações, de modo que a rentabilidade do capital entrasse em evidência em detrimento da absorção e efetivação dos interesses da classe trabalhadora por meio de políticas sociais.

Essa redefinição se apoia em três diretrizes. A primeira reestrutura a relação direta entre capital e o trabalho, produzindo mudanças na forma de absorção e controle da mão de obra, cujo objetivo é reduzir os custos do capital quando se estabelece a contratação do trabalho. A segunda reestrutura o modo de operar do capital em seu processo de reproduzir-se crescente e permanentemente como riqueza para o capitalista: é a opção pela *financeirização* do capital em detrimento da priorização do investimento produtivo. Por último, mas tão decisiva quanto as anteriores, e especial para os países periféricos como o Brasil, é a mudança estrutural do Estado no que se refere aos processos de regulação da ação do capital e de reprodução da força de trabalho (PINTO, 2013, p. 36).

No que concerne às alterações na estrutura do Estado brasileiro, a década de 1990 demarca o solo histórico da emergência do neoliberalismo[[2]](#footnote-2), durante o governo Collor (1990 – 1992), porém as condições reais para o seu desenvolvimento ocorre durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), fundado na perspectiva de enxugamento do Estado e de terceirização da execução das políticas sociais, ou seja, fortalecendo o processo de contrarrefoma[[3]](#footnote-3) estatal.

As investidas da burguesia por novos campos de lucratividade são orientadas por determinações de organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). De acordo com Iamamoto (2000, p. 35) esses organismos “cria o suporte normativo necessário para viabilizar a reforma educacional”, dentre elas a Lei de Diretrizes e Base de Educação (LDB) em 1996. A relação de dependência do Brasil para com os países de capitalismo central aprofundava-se na medida em que os elevados empréstimos concedidos pelos países centrais funcionavam/funcionam como subterfúgios para comandar os rumos das decisões político-econômica dos países periféricos.

Sob a égide do neoliberalismo, as estratégias do grande capital nos anos 1990 não se limitaram às reformas de natureza econômica. As restrições sociopolíticas abarcaram, na mesma proporção, a reforma do aparelho estatal e sua relação com a sociedade. A palavra reforma, historicamente vinculada às lutas das classes subalternas e à perspectiva de ampliação de direitos, foi capitaneada pela ideologia neoliberal para justificar o combate à presença e às dimensões democráticas do Estado, resultando num processo de contrarreformas, cujo objetivo central consiste em reduzir e eliminar os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora (SIMIONATTO; LUZA, 2011, p.216).

O processo de adequação do Estado à lógica do mercado mundial culminou numa espoliação dos direitos sociais historicamente conquistados e tornou visível a face voraz e desumana da ideologia burguesa e sua cultura neoconservadora no ímpeto do atendimento às necessidades da lei geral da acumulação capitalista.

Se remeter à contrarreforma do Estado implica situar a criação do Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE), sob os comandos de Luíz Carlos Bresser Pereira, mentor do então Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRE). No rol das propostas que se evidenciaram no PDRE, a flexibilização da estabilidade do funcionalismo, bem como as medidas de ajustes fiscais, assumiu lugar de destaque e, consequentemente, colocou em xeque os direitos da classe trabalhadora.

Debater as universidades brasileiras na contemporaneidade significa necessariamente discutir as redefinições fragilizantes do padrão de desenvolvimento das políticas educacionais implementadas nas últimas duas décadas. É preciso considerar que a educação “[...] não encontra mais sua razão de ser na distribuição o mais igualmente possível do saber, mas nas lógicas de produtividade e rentabilidade do mundo industrial e mercantilista [...]” (LAVAL, 2004, p. 43).

Com a difusão do projeto burguês de dominação ideológica e exploração econômica, a política nacional de educação tornou-se um dos principais alvos das investidas do capital no processo de mercantilização e privatização. É insofismável, pois, que o Estado segue à risca as exigências das economias centrais, de modo a avançar intensamente na efetivação das reformas institucionais da política de educação superior brasileira em um contexto de exploração e monopolização do saber. O processo em curso tem sido, portanto, responsável por uma notável redefinição dos parâmetros de qualidade da educação superior e pelo nível de precarização alcançado pelas universidades públicas do país, enquanto se expande a modalidade de ensino privado.

A assiduidade da influência dos organismos multilaterais nas políticas sociais do Brasil é tanta que o BM, em novembro de 2017, lançou um relatório denominado “Um ajuste juste: análise da eficiência da equidade e do gasto público no Brasil”, no qual consta uma série de orientações a serem executadas pelo Estado brasileiro no âmbito das políticas sociais. Importa destacar que o documento fortalece as contrarreformas realizadas durante o governo de Michel Temer e subsidia as ações de Bolsonaro na atualidade, isto é, reverbera com as seletividades das políticas sociais e expressa um perfil cristalinamente economicista, que, de modo geral, desconsidera as particularidades nacionais e regionais.

O documento ainda apresenta dados comparativos entre o ensino superior público e privado, no intuito de incentivar a privatização do ensino a partir do demonstrativo de que as universidades públicas têm um gasto com apenas 01 (um) estudante, superior aos gastos das instituições privadas com 03 (três) estudantes. No mais, o relatório esboça, ainda, de maneira pretensiosa, a comparação entre os níveis de qualidade desses estudantes, fomentando uma concepção maniqueísta e deturpada.

Para o BM (2017, p. 131),

Entre 2013 e 2015, o custo médio anual por estudante em universidades privadas sem e com fins lucrativos foi de aproximadamente R$ 12.600 e R$ 14.850, respectivamente (Figura 97). Em universidades federais, a média foi de R$ 40.900. Universidades públicas estaduais custam menos do que as federais, mas ainda são muito mais caras do que as privadas, custando aproximadamente de R$ 32.200. O custo por aluno dos institutos federais, a maior parte fundada desde 200887, é de aproximadamente R$ 27.850.

Nesse sentido, é no contexto de intensa regressão social, impulsionada pelo avanço da ofensiva neoliberal no território brasileiro, que a política de educação superior aprofunda a sua condição de alvo do capital, tornando-se cada vez mais mercantilizada, portanto adequada às necessidades de acumulação capitalista. Encontra-se aqui, pois, a justificativa para o fato de que a quantidade de instituições privadas e na modalidade a distância (EAD) representa um número, significativamente, superior ao de universidades públicas.

A contrarreforma do Estado vem proporcionando a expansão do ensino superior, a partir de sua inserção na esfera mercadológica, privilegiando a parceria público/privada, ou seja, atrelando a perspectiva universitária ao setor empresarial, provocando a proliferação desordenada dos cursos de caráter presencial e à distância, em detrimento de investimentos no ensino superior público.

É importante destacar que:

As mudanças em curso desde 1996 estão indicadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mas foram as propostas de “reforma universitária” do Governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), seguidas pelas dos Governos Lula e Dilma (PT) que materializaram e agudizaram as propostas da LDB (BOSCHETTI, 2016, p. 17).

Dentre os vários indícios da tendência de mercantilização do ensino superior, principalmente nos países subdesenvolvidos, a explosão do empresariamento das políticas educacionais expressa, em grande medida, a existência de uma população evidentemente carente de conhecimento, cuja aproximação com a educação formal ocorreu de maneira tardia e sem grandes investimentos (PEREIRA, 2016).

Logo, fica evidente a responsabilidade do Estado mediante o desdobramento da mercadorização do ensino superior, especialmente porque ocorre um favorecimento das instituições privadas e EAD a partir da criação de um conjunto de medidas jurídico-normativas, que por sua vez asseguram a condição de privilégio fiscal, visando à redução dos gastos e, consequentemente, a elevação das taxas de lucros para o empresariado.

**3 DESAFIOS À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO**

A expansão da educação superior brasileira ocorreu de modo a favorecer a lógica do capital, em especial através da parceria público-privada, a qual submete o conhecimento à lógica privatista a partir da relação entre as universidades e o setor empresarial, abrindo vias para o desenvolvimento de tendências que caracterizam explicitamente a inserção do ensino na esfera mercadológica como a predominância dos institutos de ensino superior privado e EaD (Ensino a Distância) em detrimento das instituições de ensino superior pública.

É inconteste que na contemporaneidade o grande capital provoca uma expansão do ensino superior pautado na concentração de polos educacionais, ancorados a um aparato jurídico-normativo que cria as condições necessárias para o fortalecimento da ótica empresarial, cuja modalidade de ensino à distância e ensino privado aparecem em posição estratégica e privilegiada para conquistar espaço no mercado e ampliar as taxas de lucro.

O desmonte da educação superior transparece diante da redefinição dos espaços universitários através do processo de privatização, da retirada da autonomia das universidades brasileiras e do incentivo à lógica do produtivismo acadêmico. Na perspectiva das tendências que denunciam o atual quadro de subsunção da educação ao capital, destaca-se ainda a fragmentação da funcionalidade precípua da universidade relacionada diretamente à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, resultando na construção de impasses profícuos durante a formação profissional, logo por criar as condições favoráveis à preparação cada vez mais alienada e conivente com as dimensões que integram a mercantilização das políticas educacionais.

Ao final do governo FHC (1995 – 2003) para o início do governo Lula (2003 – 2010), e, posteriormente, no governo Dilma (2011 – 2014), as condições de expansão do ensino superior permaneceu alinhada à ótica do mercado e com meios cada vez mais consistentes para seu desenvolvimento profícuo. Na esfera dos retrocessos sociais verificados no Brasil, a contrarreforma do ensino superior aparece como reflexo das questões macroscópicas, e, embora não tenha se erigido no governo Lula, foi por ele aprofundada em larga escala (BRAZ; RODRIGUES, 2013), basta lembrar a implementação de programas como PROUNI E REUNI.

Assim,

Nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014), as diretrizes para a área educacional, com a manutenção da presença massiva do setor privado, mantiveram-se, ainda que com pequena redução da participação do setor privado, de 88,9%, em 2003, para 87,4%, em 2013, o que pode ser explicado principalmente levando-se em consideração a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por meio do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), e a sua implantação a partir de 2008 (PEREIRA, 2016, p. 37).

Portanto, no atual contexto de contrarreforma do ensino superior, segundo Guerra (2013), as universidades passam a integrar o Núcleo de Serviços não Exclusivos do Estado. Partindo dessa concepção, o ensino superior começa a se estruturar sob as orientações do processo produtivo, expressos na crescente instrumentalização, ou ainda na tecnificação da formação, cada vez mais distante do saber crítico.

No seio da contrarreforma, o curso de Serviço Social adentra severamente na lógica estatal de expansão, especialmente através da ampliação das instituições de ensino privado e à distância. No que se refere à modalidade EAD, a graduação em Serviço Social se amplia a partir dos anos 2000, o que impulsiona a resistência das entidades representativas, sob o argumento de uma significativa dissonância da modalidade em relação à formação crítica, capaz de construir um perfil profissional verdadeiramente qualificado, com rigor teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo (PEREIRA; FERREIRA; SOUZA, 2014).

Para Boschetti (2016, p. 19)

O ensino de graduação presencial aligeirado, assim como o ensino de graduação à distância, não assegura a formação com a qualidade que está na pauta das históricas bandeiras de luta do movimento docente do Serviço Social brasileiro, como: educação como direito de todos e dever do Estado; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; processo formativo básico com perspectiva de totalidade e apreensão crítica da realidade; ensino do trabalho profissional em diferentes momentos do processo formativo e em várias disciplinas; realização do estágio presencial, com articulação estreita entre acompanhamento do supervisor acadêmico e de campo; realização de pesquisa e investigação como princípio formativo que deve perpassar todo o currículo [...].

É problemático o ensino de Serviço Social em espaços de formação que não priorizam efetivamente a lógica da educação, mas prezam exclusivamente a concepção mercantil, sobretudo porque, dentre outras questões, resultam no robustecimento da precarização, considerando também que, ao concluírem a graduação, “tais profissionais poderão exercer a supervisão de campo ou até mesmo a docência, retroalimentando as fragilidades no processo formativo de outros profissionais” (PEREIRA, 2016, p. 46). Vale frisar que, mediante influência das agências internacionais, a Política Nacional de Educação (PNE) vigente, abre espaço e favorece os investimentos na seara do capital privado.

Embora reconheçamos que o Serviço Social tenha crescido consideravelmente, é necessário destacar que não ocorreu um avanço do ponto de vista da qualidade da formação, sobretudo porque o modelo de ensino executado no tempo histórico presente é de nítido esfacelamento da formação crítica e competente, que não proporciona aos discentes a possibilidade de compreender a dinâmica do exercício profissional e de realizar leituras profícuas e concretas da realidade concreta, como orienta as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Conforme a ABEPSS (2014, p.02-03),

A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-critica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais.

Destarte, é fundamental que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS sejam efetivadas, principalmente porque o avanço do conservadorismo é expressão concreta do contexto hodierno e seu desdobramento no interior da categoria coloca em risco o patrimônio crítico e ético-político conquistado ao longo de oito décadas.

Entretanto, vale frisar que o Serviço Social não assume uma postura passiva diante dos ataques oriundos da ofensiva do capital na contemporaneidade. A categoria profissional vem implementando estratégias de resistência e de combate às investidas do capital tanto na formação, quanto no exercício profissional. Podemos ressaltar a recusa da criação de mestrados profissionais na área; a defesa intransigente de um projeto de formação que está para além das requisições do capital; a luta por um ensino de qualidade, fundamentado em uma perspectiva crítica, reflexiva e propositiva, que orienta a construção de um perfil profissional voltado à viabilização dos direitos sociais à população e o Projeto ABEPSS Itinerante, que visa a fortalecer o atual Projeto de Formação Profissional, dentre outras.

**4 CONCLUSÃO**

Mediante exposição, é possível considerar que a contrarreforma do Estado funciona como uma verdadeira plêiade de medidas que restringem as políticas sociais, sob a forte influência do capital internacional. O desdobramento da contrarreforma na sociedade brasileira incidiu numa desvalorização do sistema público de ensino, seguindo na direção do aligeiramento e precarização do percurso acadêmico, haja vista a desagregação da tríade fundamental do processo de formação profissional, ensino, pesquisa e extensão.

A política de expansão realizou-se sob a ótica do fortalecimento do grande capital, especialmente através do empresariamento da formação e da certificação em escala ampliada. O desdobramento dessa configuração das políticas educacionais para a formação em Serviço Social são nefastos, sobretudo porque o aligeiramento do processo formativo, o ensino descolado da experiência de pesquisa e extensão enfraquece substancialmente a construção de um perfil profissional crítico e propositivo, como orientam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Com o avanço da análise em torno da contrarreforma do Estado brasileiro, podemos identificar a relação entre as políticas educacionais e os rumos do processo formativo em Serviço Social. Marcada pelo desenvolvimento das instituições de ensino privado, EAD e alguns programas do Governo Federal, a exemplo do REUNI e PROUNI, a política de educação superior se ampliou com base no falacioso discurso de democratização do acesso. Porém, em matéria de Serviço Social, os cursos de graduação aumentaram, mas, ao que tudo indica, sem assegurar a qualidade da formação profissional.

Vale ressaltar que, no que concerne ao Serviço Social, há uma verdadeira preocupação e postura de resistência por parte das entidades representativas da categoria acerca da formação que vem sendo desenvolvida, sobretudo porque uma formação de qualidade supõe a apropriação e a implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o que possibilita aos/as futuros/as Assistentes Sociais a capacidade de apreender criticamente o real em suas múltiplas determinações e de desenvolver estratégias de intervenção profissional, em consonância com o projeto ético –político profissional.

**REFERÊNCIAS**

ABEPSS. **DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL.** Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf> >, acesso em: 19.04. 2019, 16: 00: 10.

BANCO MUNDIAL.Um Ajuste Justo **-** Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil. 21 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>>. Acesso: 19.04.2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra - reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

PINTO, Marina Barbosa. Precarização do trabalho docente: competitividade e fim do trabalho coletivo. In: PEREIRA, LarisSA Dahmer; ALMEIDA, Ney Lui Teixeira de. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2013, p. 35 – 52.

MÉZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo/Unicamp, 2002.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo, edições Loyola, 2013.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. Londrina: Planta, 2004.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Perfil expansionista do ensino superior brasileiro e impactos na formação profissional em Serviço Social. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpídio. **A supervisão de Estágio em Serviço Social:** Aprendizados, Processos e Desafios. Rio de janeiro: Lumen Juris, 2016, p 31 - 56.

SIMIONATTO, Ivete. LUZA, Edinaura. Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, 2011.

1. Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <doniegolima@hotmail.com>. [↑](#footnote-ref-1)
2. Se configura como uma teoria das práticas político-econômicas na qual assegura que o bem-estar humano pode ser promovido adequadamente com base na liberação das liberdades e capacidades empreendedoras dos sujeitos individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2013). [↑](#footnote-ref-2)
3. Segundo Behring (2008), o processo de transformações no interior do Estado é denominado de “reforma” do Estado, onde, na verdade, configura-se como uma contrarreforma, tendo em vista que possui um conteúdo conservador e regressivo em relação aos direitos conquistados na Constituição de 1988. [↑](#footnote-ref-3)